O NORTE NO COMBATE AOS CONSTITUCIONALISTAS: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E OUTRAS POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO MILITAR NA GUERRA DE 1932

Raimundo Helio Lopes
raimundohelio@gmail.com
Doutorando em História, Política e Bens Culturais – CPDOC/FGV[1]

Resumo

O presente artigo se propõe a analisar outras possibilidades de envolvimento dos interventores do Norte na Guerra de 1932, para além das normas oficiais determinadas pelo Governo Provisório. Tais propostas tinham como pressuposto político básico a ação direta desses interventores – em sua maioria militares – no conflito bélico e a liderança de Juarez Távora, líder político da região desde o início da chamada "Revolução de 30". As articulações nortistas não foram efetivas, por determinação, principalmente, das lideranças militares do Governo Provisório, o que mostra como o combate aos rebeldes paulistas nesse evento foi completo e sujeito a divergências entre os próprios aliados.

Palavras-chave: interventores – Norte – Juarez Távora – Governo Provisório – Guerra de 1932

Abstract

This articles tries to examine alternative possibilities for the involvement of Northern "Interventores" (Appointed Governors) in the War of 1932, in addition to the official regulations of the federal Provisional Government. These possibilities were based on a the basic political principle of direct action by these said "Interventores" - mostly military men - on the armed struggle e the leadership of Juarez Távora, political leader of the region since the beginning of what was called the "Revolution of 30". The northerners political machinations were not effective, though, mainly because of intervention by the military authorities of the Provisional Government, which shows how the fight against the "paulista" rebels in this event was complete and subject to divergences between the allies themselves.

Keywords: "interventores" - North – Juarez Távora - Provisional Government - War of 1932

[1] Este artigo é parte de um dos capítulos de minha tese de doutorado, intitulada provisoriamente de "Um Vice-Reinado na República do pós-30: Juarez Távora e as Interventorias do Norte", ora em fase de elaboração, sob a orientação da professora Angela de Castro Gomes.

O percurso político entre a deposição do presidente Washington Luís, em outubro de 1930, e a decretação do Estado Novo, em novembro de 1937, foi sinuoso, no qual inúmeros outros projetos de poder e possibilidades de organização política foram derrotados.[2] Nesses longos sete anos, sem dúvida, um dos momentos mais marcantes – e determinantes – para os rumos que ainda seriam trilhados foi a guerra civil de 1932.

Amplamente conhecida como Revolução Constitucionalista, este sangrento conflito teve suas versões e "memórias" contadas e cultuadas por uma série de autores e sujeitos ligados a São Paulo[3] – unidade federativa rebelde, que abrigava, naquele momento, a mais ferrenha oposição ao ainda recente presidente Getúlio Vargas e que articulou, militar e politicamente, a deflagração de armas contra o Governo Provisório. No entanto, a Guerra de 1932 teve a efetiva participação de inúmeros outros sujeitos políticos, sejam eles individuais ou coletivos, regionais ou estaduais, civis ou militares, para ficar apenas nessas categorias. Tal desconhecimento é ainda mais evidente quando se procurar olhar esse evento a partir de lentes que enfoquem o Governo Provisório e aqueles que articularam sua defesa, quer no campo de batalhas, quer nas interventorias estaduais. Os poucos trabalhos que optam por esse eixo de análise, ao passo que contribuem para complexificar a compreensão sobre o mais importante conflito bélico brasileiro do século XX, mostram que muito ainda falta a ser pesquisado.[4]

Partindo dessa perspectiva que procurava privilegiar o lado varguista do conflito, um dos mais ferrenhos aliados do Governo Provisório foram os estados do "Norte". Essa ampla região geo-política – que compreende os estados do Espírito Santo e todos aqueles que formam as atuais regiões nordeste e norte – desde a vitória do movimento de 30, em um processo de marcha e contramarcha, foi moldando-se como um dos defensores do processo de centralização política do Governo Provisório engendrado em seus primeiros anos. O principal articulador dessa aliança política foi Juarez Távora, líder da corrente que se auto-intitulava "revolucionários nortistas" – civis e militares, muitos dos quais ligados aos Tenentes da

[2] A melhor síntese do devir político desses anos é Pandolfi (2003).

[3] Sobre esse tema ver Abreu (2010).

[4] Ao menos três trabalhos se afastam de uma análise centrada em São Paulo. Um deles é o já clássico livro de Stanley Hilton – *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932* –, obra publicada em 1982 na qual o autor dedica muitas páginas à construção da defesa do Governo Provisório e a ação das tropas varguistas. Já Walter Pinto de Oliveira (2012) – *Memórias de uma revolta esquecida: o Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932* – analisa diversos movimentos de apoio a São Paulo ocorridos, em especial, no Pará e ação da interventoria estadual em combatê-los. Em minha dissertação de mestrado defendida em 2009 – *Os Batalhões Provisórios: legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará, 1932)* – investigo o envio de soldados cearenses para o front e o complexo movimento relacionado ao embarque de tropas. Vale dizer, que nesse mesmo trabalho, trato do tema desse artigo, de forma rápida, sem analisar seus maiores desdobramento, objetivo que me proponho nas páginas que se seguem.

década de 1920, que reconheciam a liderança de Juarez e faziam do Norte, espaço e objeto de luta e de projeto político durante o Governo Provisório.[5]

Não à toa, Távora logo passou a ser chamado de "vice-rei do Norte", o que evidencia bastante o tamanho de seu capital político naquela conjuntura, e tornou-se chefe da Delegacia Militar do Norte, órgão *sui generis* na estrutura de poder e criado especificamente para Juarez, visando, como diz Pandolfi (1980, 347) "alinha o Norte à revolução".[6] O "vice-reinado" de Juarez contribuiu maciçamente com o envio de soldados, tanto voluntários quanto regulares do Exército, para o campo de batalhas. Nesse papel, os interventores estaduais – vale dizer, indicados diretamente por Juarez a Vargas, que ratificava essas escolhas[7] – tiveram papel fundamental, seguindo diretrizes e normas expedidas pelo Governo Provisório e sua cúpula militar.

No entanto, ainda quando as primeiras tropas saiam da região, esses mesmo interventores articularam outras possibilidades de participação na Guerra de 1932, nas quais o Norte teria papel decisivo – tanto militar quanto político – no combate aos constitucionalistas.

A marcha dos interventores e a Divisão Nortista

Iniciada a guerra civil, quando ainda partiam do Norte os primeiros batalhões militares compostos por soldados e voluntários, os interventores da região passaram a se articular para uma maior participação na Guerra de 1932. Essa iniciativa foi ampla, conjunta e peculiar dos interventores nortistas, e foi passando, pelas circunstâncias impostas, por transformações até seu formado final, mais elaborado e arrojado.

Assim, o primeiro passo da empreitada foi a iniciativa de muitos interventores de partirem para o campo de batalhas. O alvo da enxurrada de pedidos foi o presidente Getúlio Vargas. Carneiro de Mendonça, interventor cearense, escreveu: "apelo v. exa. sentido passar

---

[5] Sobre a construção desse Norte no imediato pós-30 e o papel de Juarez Távora ver Lopes (2012). Sobre essa questão, é fundamental a análise de Pandolfi (1980).

[6] A Delegacia Militar do Norte funcionou oficialmente de dezembro de 1930 a dezembro de 1931, mas o importante papel de Juarez Távora no Governo Provisório e sua liderança do Norte eram bem maiores do que esse cargo, pois, mesmo sem ele, continuou com uma intensa atividade política tanto na esfera nacional quanto regional até a constitucionalização de 1934. Além disso, vale dizer que a Delegacia é muitas vezes confundida com o "Vice-reinado", mas enquanto o primeiro foi um cargo oficial que envolvia, dentre outras coisas, a nomeação dos interventores do Norte, o segundo foi uma categoria acusatória e irônica criada pelos opositores do Governo Provisório para atacar Juarez.

[7] Analiso a nomeação dos interventores do Norte por Juarez Távora em um dos capítulos de minha tese de doutoramento, ora em fase de elaboração.

interventoria secretário interior cearense combater lado sofredores patrícios que, estou certo, saberão dignamente defender integridade Brasil”. Augusto Maynard, interventor sergipano, afirmou que “caso eminente amigo considere de utilidade meus serviços próprios teatro luta não sinta nenhum constrangimento chamar-me fileiras a que acorrerei maior prazer”, enquanto Magalhães Barata, interventor paraense, dizia que “não tenho porque não solicitar também um posto de comando no posto da luta defender nossa obra revolucionária”. João Punaro Bley e Landri Sales – respectivamente interventores do Espírito Santo e de Piauí – fizeram o mesmo pedido e deixaram claro que “camaradas auxiliares” do governo, “oficiais exercem cargos administração”, também se ofereciam para partirem para o front.[8]

Nesses casos, o pedido aparece uma única vez na correspondência pesquisada, mas outros interventores foram mais insistentes. Tasso Tinoco, interventor de Alagoas, disse ao presidente que “eu, capitão França Albuquerque, Jorge Tinoco, estamos pronto seguir linha de frente primeiro chamado, afim mantermos princípios revolucionários idealizados desde 1922”, e, dez dias depois, afirmou que “renovo meu desejo descer tropa afim conduzi-la direção capital paulista”. Seroa da Mota, interventor maranhense, escreveu que “aguardo ordem minha partida afim pelejar lado meus camaradas”, e com a negativa do pedido, enviou outro telegrama dizendo, em um tom mais irônico, que seu “papel aqui é meio torcedor” e que “tal situação [é], aliás, muito cômoda”. Seroa da Mota voltou a tratar do assunto, reafirmando “sentir não estar cooperando zona operações lado meus camaradas”, e que “não me conformo assistir telegraficamente luta contra nossos adversários”.[9]

Todos os telegramas têm em comum o fato de terem sido escritos por interventores militares – só não encontrei pedidos semelhantes enviados pelos militares Juraci Magalhães, interventor baiano, e Rogério Coimbra, interventor amazonense, enquanto nenhum civil demonstrou igual interesse. Esses interventores, na década de 1920, foram ligados ao tenentismo e a Juarez Távora e tornaram-se interventores, em sua maioria, durante o processo de militarização das interventorias do Norte. Esse processo, ocorrido a partir do primeiro semestre de 1931, buscava aplacar as disputas entre elites civis e interventorias estaduais, visando estabilizar politicamente a região, sendo para tanto substituídos os primeiros

---

[8] Respectivamente Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Ceará 14.5. 14 de julho de 1932; Idem. Sergipe 14.22.16 de julho de 1932; Idem. Pará: 14.12 14 de julho de 1932; Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (16-17/196). 9 de julho de 1932; Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Lata 268, pasta 12. 20 de julho de 1932.

[9] Idem. Alagoas 14.2. 15 e 25 de julho de 1932; Idem. Maranhão 14.9. 11, 12, 19 de julho e 6 de agosto de 1932.

interventores do Norte do pós-30, que eram, em sua imensa maioria, civis.[10] Para tanto, os interventores militares foram apoiados pelas guarnições militares dos estados, principal base de sustentação de seus governos. Dessa forma, a carreira nas armas e a forte relação com os militares estaduais são elementos fundamentais para entender esse posicionamento coletivo. Todos eram oficiais do Exército e o cargo de interventor era a primeira experiência política em cargo público de muitos deles. Esses interventores eram, de certa forma, mais militares do que políticos, e a participação na guerra surge como um dever militar para o qual sentiam-se chamados.

Todos os pedidos foram negados por Vargas, que respondeu a todos em termos semelhantes.[11] No entanto, diante da recusa oficial, Magalhães Barata apresenta outro argumento importante para entender a iniciativa dos interventores em abandonar seus cargos e partirem para a luta, ao mesmo tempo em que revelava como essa ação foi ganhando força na região e tornando-se mais complexa. Para o interventor paraense, era "necessário dar um grande exemplo":

> O Norte principalmente que foi beneficiado mais direta e fundamente pelo influxo da revolução precisa antepor a arremetida criminosa do perrepismo em armas a pujança do seu patriotismo e a força indômita da sua vontade de continuar livre terra que revolução libertou. Não queremos ser e não seremos mais escravizados pelos mesmos senhores da politicalha que arruinou a moral republicana em quarenta anos de escândalos e crimes. Acatando sempre decisão v. ex., peço permissão para solicitar v. ex. que em suprema guia dos nossos destinos políticos, nesta hora trágica e dolorosa que nação atravessa, para sugerir ao Governo Provisório que seja permitido a todos os interventores do Norte marcharem à frente das forças regulares de que dispomos, com destino fronteiras paulistas. É lá que se vão decidir os nossos destinos. (...) A presença dos interventores no campo de luta, intérpretes e representantes legítimos do pensamento de todas as circunscrições brasileiras, será, não tenha v. ex. dúvida, a força em que v. ex. se há de firmar para repelir como até aqui, as propostas de acordos e cambalachos.[12]

Mais do que iniciativas isoladas, a partida dos interventores nortistas para os campos de batalhas tornava-se uma iniciativa conjunta. Sem fazer distinção entre interventores civis e militares, Magalhães Barata mostrava ao presidente que o que estava em jogo era o papel político da região, que selaria seu "destino" durante a guerra civil: se derrotados, mais do que

---

10 Ver Pandolfi (1980). Esse processo de militarização foi bastante complexo e alterou profundamente o perfil das interventorias nortistas durante o contexto de polarização política que culmina com a Guerra de 1932.

11 Um exemplo de resposta foi enviado a Carneiro de Mendonça: "Quanto a sua vinda não é aconselhável. Aí é que seus serviços, no momento, são imprescindíveis. Compreendo sua nobre emulação mas não é possível atendê-la. Nenhum interventor pode, nesta ocasião, abandonar seu posto." Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Ceará 14.5. 15 de julho de 1932.

12 Idem. Pará: 14.12. 21 de julho de 1932.

a derrocada do Governo Provisório, seria o retorno do Norte à "escravidão" imposta pelos "senhores da politicalha". Assim, além de oficiais ou civis representantes do Governo Provisório, eles eram revolucionários nortistas e tinham um projeto claro e articulado de defesa do Norte dentro do contexto político do pós-30. A iniciativa de participar militarmente da Guerra de 1932 combatendo São Paulo envolvia diretamente a defesa do projeto centralizador que construíam em aliança com o Governo Provisório, fortalecido e unificado desde a militarização das interventorias nortistas. Por isso mesmo, a região mostrava-se como exemplo de força e grande aliado do Governo Provisório.

A resposta de Vargas negando o pedido de Magalhães Barata também é exemplar. Afirmou o presidente que "patriótico e expressivo apelo", "tão nobre gesto", não o surpreendia, pois conhecia a "dedicação e sentimentos cívicos orientam vossas atitudes e a de todos militares confiei, em boa hora, governos estão à frente", reconhecendo assim a importância da militarização das interventorias nortistas como um forte elemento de centralização política de seu governo e um contraponto à crise que culminou na Guerra de 1932. Mas concluiu: "não posso, entretanto, assentir se afastem postos, onde devem permanecer, por serem indispensáveis seus serviços. Cooperam também aí, eficientemente, defesa governo instituído revolução, que, por enquanto, pode dispensar-lhes valioso concurso militar".[13]

O presidente entendia que para vencer os rebeldes paulistas era necessária a atenção com a retaguarda, onde o papel dos interventores era fundamental, principalmente no alistamento de soldados voluntários. A saída dos interventores prejudicaria a arregimentação de soldados, que ainda dava seus primeiros passos. Fica patente que, para o Governo Provisório, a derrota dos revoltosos também acontecia longe dos campos de batalhas, com os interventores fortes em seus estados, prevenindo o surgimento de outros focos de rebelados, impedindo a ação de apoiadores da causa paulista e organizando forças que seguiriam para a luta.

Todavia, apesar das reiteradas negativas, os interventores não desistiram. Concomitante a essas propostas de combate, outra estratégia para a defesa do Governo Provisório na qual o Norte teria um papel fundamental foi iniciada. Fruto direto dessas primeiras articulações, a nova iniciativa nortistas possuía um peso político e militar diferente, que lhe garantia maior força e representatividade: a presença de Juarez Távora, o grande líder

[13] Idem. Pará: 14.12. 22 de julho de 1932.

nortista, à frente das tropas. Em 16 de julho – ou seja, quando ainda se ofereciam para partirem individualmente para o front –, Carneiro de Mendonça escreveu a todos os interventores nortistas mostrando como surgiu o projeto:

> Tendo acabado ouvir Carlos Lima [Cavalcanti, interventor de Pernambuco] (...) louvei ideia apresentada mesmo, sentido ser organizada sem demora uma Brigada ou Divisão Norte. (...) Concordei encargo me foi confiado transmitir ideia demais companheiros Norte. Carlos lembrou ainda concentração tropas Bahia assim como entrega comando a Juarez que para isso seria chamado depois de um telegrama ao dr. Getulio assinado interventores e oficiais servem disposição governo estaduais. (...) Tudo depende, pois, opinião prezados companheiros. Caso esteja acordo seria conveniente enviar possível urgência opinião e sugestões para que possamos iniciar providências rapidez caso requer.[14]

Como se vê, a proposta partiu de um intervetor civil, mostrando que não só os militares estavam empenhados em uma participação mais efetiva da região no combate. O próprio interventor pernambucano, dois dias depois desse telegrama, informou a Juarez da organização em curso e das articulações feitas aos "demais companheiros do Espírito Santo ao Amazonas"[15], mas, ao que parece, Távora não se manifestou.

Com a deflagração da guerra, Juarez partiu para a cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, sede do comando da 4ª Região Militar, onde tinha uma missão importante: averiguar a fidelidade das tropas quanto ao Governo Provisório. Entre os dias 10 e 11 de julho, Juarez prendeu o general Firmino Borba, ex-chefe da Força Pública mineira, recém-empossado comandante 4ª RM, mas fiel à causa paulista. Controlada a possibilidade de qualquer sublevação em Minas nos primeiros dias de guerra, a 4ª Região passou a ser comandada pelo coronel Jorge Pinheiro, que, segundo Távora, "reorganizou seu Estado-Maior, nomeando o tenente-coronel Gustavo Cordeiro de Farias para sua chefia, enquanto me deixava adido ao mesmo, exercendo funções de subchefia" (TÁVORA, 1976, p. 79).[16] Sua ida para Minas é um momento chave para a trajetória nortista na Guerra de 1932, pois, diante dessa tarefa militar, Juarez afastava-se do Norte, como deixou claro ao escrever para os interventores nortistas já

14 Arquivo Juraci Magalhães – Cpdoc-FGV c ig 1932.07.04. Pasta II. 16 de julho de 1932.
15 Escreveu Lima Cavalcanti: "pensamos organização imediata brigada ou divisão Norte sob seu comando concentrando-se nossas tropas Bahia ou onde você julgasse conveniente. Nesse sentido Mendonça e eu nos dirigimos demais companheiros do Espírito Santo ao Amazonas." Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (41-42/196). 18 de julho de 1932.
16 Ver também Hilton (1982, p. 98-99) e "Juarez Távora" e "Firmino Borda" no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, disponível em www.cpdoc.fgv.br. Doravante DHBB – Cpdoc/FGV.

no posto que passou a ocupar: "Estou servido junto QG quarto RM. Enderece qualquer pedido providência diretamente presidente pois estou muito atarefado, além achar-me fora".[17]

Assim, as articulações para a efetivação da Divisão do Norte procuravam fazer com que o líder nortista conseguisse um papel de mais destaque militar na guerra civil. Mesmo sem qualquer resposta inicial de Juarez quanto à Divisão que lideraria, mas diante das respostas positivas de seus pares, Lima Cavalcanti comunicou-se com seus colegas nortistas, agora com linhas mais claras de como deviam agir para conseguir a efetivação da ideia. Sugeriu que todos os interventores escrevessem ao presidente e a Távora propondo a Divisão do Norte, tendo, para tanto, nessa circular, transcrito os modelos dos telegramas que deveriam ser enviados a ambos. Advertiu também que, para Vargas, "telegramas, cujas cópias envio, sejam assinados interventores e militares servem disposição governos estados setentrionais", enquanto para Juarez seja "transcrito telegrama que deverá ser enviado presidente Getulio"[18], o que mostra a ação coordenada entre eles e a construção de uma ampla base de apoio para convencer os dois líderes do projeto.

A estratégia dessa rede de comunicações foi seguida, e os interventores efetivamente telegrafaram a ambos. João Punaro Bley seguiu à risca as determinações de Lima Cavalcanti e, nesses termos, escreveu para Juarez Távora:

> Tenho satisfação comunicar prezado e bravo companheiro [que] dirigimos seguinte telegrama presidente Getulio Vargas: "Em completa harmonia vistos colegas interventores Norte solicito vossencia autorizar organização Divisão Forças Norte sob comando major Juarez Távora. Forças nortistas assim articuladas e dirigidas major Juarez que teve comando Exército libertador Norte além vantagem atuar coesos contra reacionários paulistas seria ainda grande efeito moral concentrando Rio. (...) Norte vibra desejo participar com maior contingente possível sorte irmãos Centro e Sul fraternizados torno governo vossencia. Certeza vossencia tomará devida consideração nosso alvitre que corresponde consciência indignada nortistas diante monstruoso crime rebelião política militar que enche de justos sobressaltos corações brasileiros e fere unidade nacional. Aguardamos ordem de vossencia afim de mobilizarmos grandes forças disporem colaborar eficiente Exército estão desde primeiros instantes honrando suas glórias tradições apoiando firmemente ditadura".[19]

---

17 Arquivo Juraci Magalhães – Cpdoc-FGV c ig 1932.07.04. Pasta I. 11 de julho de 1932. A atuação de Juarez em Minas Gerais, afastado do Norte, em muito explica o porquê de grande parte da documentação utilizada para elaboração desse capítulo ser oriunda do fundo Gabinete Civil da Presidência da República.

18 Idem. Pasta II. 21 de julho de 1932.

19 Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (52-55/196). 22 de julho de 1932. O telegrama de João Punaro Bley para Vargas está em Arquivo Luís Vergara – Cpdoc-FGV c 1932.07.12, com a mesma data. Dos interventores e revolucionários nortistas que se manifestaram, encontrei as comunicações de Seroa da Mota (Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Maranhão: 14.9. 23 de julho de 1932), Augusto Maynard (Idem. Sergipe: 14.22. 22 de julho de 1932), Landri Sales e tenente Martins de Almeida, tenente Carlos Augusto Colares Moreira, tenente Daniel Ribeiro Borges, segundo-tenente Antônio da Rocha Andrade, capitão Jacob Gaioso e Almendra (Idem. Piauí: 14.16. 22 de julho de 1932).

As motivações da iniciativa e seus desdobramentos ficam claros nessa comunicação. Com as tropas lideradas por Juarez, o Norte marcharia coeso com sua coluna em direção a São Paulo, o que aumentaria a motivação e a certeza da vitória nas tropas governistas, visto o grande número de soldados que seguiriam seu líder. Assim como fora fundamental na vitória de 30, a liderança militar de Juarez não poderia ser facilmente descartada por Vargas no momento mais crítico de contestação de seu governo. Seria o retorno do "General do Norte", título que Juarez – mesmo sendo um militar de baixa patente rebelde e fugitivo desde 1924 – ostentou durante o movimento de 1930. Mas, dessa vez, o agora importante líder político e militar do Governo Provisório teria ao seu lado todos os chefes dos executivos estaduais e as forças militares da região.

O efeito político da Divisão nortista era evidente, pois o Norte dava provas definitivas de que era o maior aliado político do Governo Provisório. A estratégia de atrair Juarez para a chefia dessa organização militar, depois da não autorização de Vargas à marcha dos interventores, refletia como era relevante para os revolucionários nortistas uma participação decisiva na Guerra de 1932. Com a vitória na qual teriam enorme destaque militar, derrotando o estado rebelde – principal ator político da Primeira República, síntese de todas as críticas que a região tinha quanto ao antigo modelo político republicano –, os revolucionários nortistas consolidariam fortemente a importância do Norte no Governo Provisório como um dos mais relevantes protagonistas do arranjo político de centralização do regime, bem mais do que fora até então. Como a mais forte e coesa coluna bélica vitoriosa a participar da guerra civil, é plausível pensar que a ideia da constituinte seria refutada – como queria o Norte desde a militarização –, assim como os antigos líderes políticos da Primeira República perderiam enormemente seu capital político. Em outras palavras, com a Divisão liderada por Juarez, tanto, militarmente, a Guerra de 1932 teria sido outra, quanto, politicamente, a trajetória do Norte e do Governo Provisório após o conflito teria sido diferente.

Mais do que nunca, com a Guerra de 1932, o "horizonte de expectativa" nortista era bastante amplo, por mais que as constantes recusas de Vargas às suas estratégias de combate mostrassem que o "espaço de experiência" da região fosse limitado nesse contexto (Koselleck, 2006). Desse modo, no embate entre as diversas correntes políticas e militares que compunha o Governo Provisório, a estratégia não vingou.

Em 22 de julho, Juarez escreveu pela primeira vez a Vargas tratando da Divisão Nortista: "sabedor interventores cogitam organizar destacamento forças ali sob meu comando, venho significar-lhe minha colaboração defesa governo revolucionário pode/deve ser

aproveitada chefe como/onde for julgada mais eficiente”.[20] Távora parece não ter se esforçado muito junto ao presidente para a concretização da Divisão do Norte, e reconheceu no chefe do Governo Provisório a autoridade para determinar ou não sua formação. É relevante notar que logo abaixo desse telegrama, manuscrito, o presidente anotou, dando instruções para a resposta que pretendia remeter: “sei sua dedicação de revolucionário não era de esperar outra atitude, no entanto sua colaboração momento está sendo eficientíssima, sem prejuízo ideia realizar objetivo interventores que julgo acertada”.[21] Inicialmente, como parece, Vargas mostrou-se favorável à formação da Divisão do Norte.

No entanto, em telegrama datado de 23 de julho, ou seja, no dia seguinte ao telegrama recebido, Vargas respondeu oficialmente a Juarez que reconhecia “sua nobre dedicação de revolucionário refletida em suas destemerosas atitudes” e era “o primeiro a exaltar colaboração militar no momento prestando com maior eficiência a nossa causa”, mas “quanto organização forças Norte formando Divisão sob seu comando, opina Estado Maior Exército não permitir desenvolvimento”, pois “essas forças precisam ser incorporadas de acordo necessidade diversos setores militares em ação como está acontecendo tropas vindas do sul”.[22] Vale ressaltar que essa resposta foi a mesma enviada aos interventores que o escreveram solicitando a formação da Divisão do Norte.[23]

Creditando a uma imposição feita pela cúpula militar, Vargas não autorizava a formação da Divisão nortista, o que logo foi aceito por Juarez, afirmando que a determinação “julgo perfeitamente razoável” e que “sem ambições, nem vaidades, sinto-me feliz cumprir meu dever onde/como chefes julgarem mais útil necessário”.[24] Juarez aceitou os argumentos baseado no respeito à hierarquia e na falta de ambição, comunicando aos “interventores do Espírito Santo a Amazonas” a decisão tomada:

> Estou ciente ideia interventores nortistas organizarem Divisão Norte e pleitear chefe governo nomear-me seu comandante. Agradeço aos meus dedicados bravos companheiros jornada libertadora outubro 1930 consideração confiança com que ainda uma vez querem louvar-me. Como soldado fiel ideal

---

20 Arquivo Luís Vergara – Cpdoc-FGV c 1932.07.12. 22 de julho de 1932.
21 Já analisei a importância da troca de telegramas entre Vargas e os interventores nortista durante a Guerra de 1932 – ressaltando os manuscritos e despachos que o presidente fazia desse material ao lado de Luís Vergara, seu secretário – em Lopes (2011). Algumas questões abordadas nesse artigo são mais aprofundadas e melhor analisadas neste capítulo.
22 Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (56-57/196). 23 de julho de 1932.
23 Como foi remetido a Punaro Bley (Arquivo Luís Vergara – Cpdoc-FGV LV c 1932.07.12.); Augusto Maynard (Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Sergipe: 14.22); e Landri Sales (Idem. Piauí: 14.16). Todas essas respostas são datadas de 23 de julho de 1932.
24 Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (64-66/196). Sem data.

> revolucionário já fiz sentir senhor chefe Governo Provisório continuarei defendendo nossa causa onde/como for julgado mais necessário/eficiente. Por dever consciência apresso-me esclarecer prezados camaradas Norte estou colaborando aqui lado chefes capazes acessíveis para cujas deliberações tenho podido concorrer pequeno cabedal minhas sugestões. Nessas condições, fim evitar possíveis suscetibilidades enfraqueceriam nossa completa harmonia vistos agora, e permitir mais conveniente distribuição tropas Norte acordo necessidades várias frentes, inclino-me continuar por ora desempenho missão coordenadora me tem sido confiada dentro Minas desde início campanha. Nesse sentido, acabo telegrafar senhor presidente Getulio de quem acabo receber telegrama comunicando-me parecer contrário Estado Maior sobre organização Divisão Norte dificilmente adaptável situação especial nos encontramos.[25]

Assim, antes mesmo de ser efetivada, era desfeita a Divisão do Norte. Oficialmente a recusa de Vargas baseava-se em uma sugestão do Estado Maior do Exército (EME), que procurava centralizar a organização militar de combate a São Paulo.[26] Contudo, as divergências dentro desse órgão eram intensas, e ajudam a entender seu posicionamento contrário à iniciativa nortista. Tasso Fragoso, chefe do Estado Maior, desde o início do conflito entrara em choque com Góis Monteiro, pois o comandante do Destacamento Leste centralizava as ações de combate sem reconhecer a autoridade do EME. Vargas chegou a escrever pedindo a Góis que "prestigiasse aquele órgão, mantendo-o informado da evolução do conflito", mas não teve resultado positivo, tendo Tasso Fragoso se demitido em 16 de agosto, em plena guerra civil, por sentir-se "alijado das decisões" militares.[27]

Com a saída de Fragoso, Góis Monteiro tornava-se, mais do que antes, o principal chefe militar do combate a São Paulo. Ou seja, a Divisão do Norte foi cogitada em um momento de extrema tensão dentro da cúpula militar do Governo Provisório e a efetivação de Juarez como chefe de uma grande divisão bélica durante a guerra civil traria para a arena de disputas sua liderança e prestígio militar, que certamente rivalizaria tanto com Fragoso quanto com Góis. Após o conflito – reforçando a hipótese de que o combate a São Paulo foi um importante momento para consolidação de trajetórias no cenário político nacional –, Góis

---

25 Idem. (58-63/196). 24 de julho de 1932.

26 Stanley Hilton fala rapidamente sobre uma "divisão nordestina" proposta por Lima Cavalcanti, sem considerá-la como um processo que foi gestado desde as iniciativas individuais dos interventores de partirem para a luta, e sem citar o papel de liderança militar que teria Juarez Távora. O mesmo autor ainda afirma que ela contaria com cerca de 35.000 homens e sobre a sua não efetivação diz que "o EME desaconselhava a ideia, prevendo dificuldades de enquadramento nos setores onde havia necessidades de tropas" além de acarretar problemas com a falta de treinamento e de armamento (HILTON, 1982, p. 173-174). Na única referência a Divisão do Norte que encontrei nos jornais do Distrito Federal ela referia-se a sua não concretização, afirmando – assim como nos telegramas enviados a Juarez e aos interventores – que ela baseava-se em uma determinação do Estado Maior do Exército. Jornal *Correio da Manhã*, 26 de julho de 1932.

27 Ver "Tasso Fragoso" in DHBB – Cpdoc/FGV. Uma ótima análise da saída de Fragoso do Estado Maior do Exército está em Hilton (1982, p. 118-120).

Monteiro tornou-se o mais prestigiado líder militar nacional: foi nomeado general-de-divisão, o mais elevado posto da ativa, ainda em outubro de 1932, aos 42 anos de idade; tornou-se ministro da Guerra em 1934; e no mesmo ano lançou seu nome à presidência da República, apoiado por uma corrente do forte Partido Republicano Mineiro. A Divisão do Norte, assim, ao ser preterida diante das intensas disputas inerentes ao Governo Provisório, favoreceu a consolidação de outras lideranças políticas e militares, que não a dos revolucionários nortistas.

Mesmo sendo o mais interessado na vitória contra os rebeldes, Vargas também não mostrou-se muito esforçado a apoiar a Divisão, por mais que tenha revelado um rápido interesse sobre ela. A vitória militar do Governo Provisório era necessária, mais não a qualquer custo político: a formação de uma brigada regionalista aumentaria ainda mais os conflitos políticos nacionais, acirrados desde 1931. Ao optar pelas tropas voluntárias vindas de todo o país e centralizadas a partir de um comando militar único – mesmo com as inegáveis disputas dentro da cúpula militar –, Vargas congregava o apoio das interventorias e impedia que forças militares regionais ou estaduais, isoladamente, fortalecessem-se. Sem um comando militar oficial diretamente subordinado ao Governo Provisório e ao EME, a Divisão do Norte liderada por Juarez Távora daria um peso político aos revolucionários nortistas que, certamente, estimulava a desconfiança de outros líderes civis e militares quanto ao raio de ação que poderia alcançar.

Até mesmo Juarez não atuou determinantemente para sua consolidação. Como mostram as correspondências que trocou com o presidente e interventores sobre o assunto, Távora refutou a ideia por falta de ambição política e respeito às ordens militares que recebia. Décadas depois, em suas memórias, os argumentos que apresenta para justificar esse posicionamento são semelhantes e ajudam a aprofundar sua atuação naquele momento:

> Alguns interventores do Norte me telegrafaram sugerindo que eu assumisse o comando de uma brigada, reunindo as unidades de polícia e voluntários a elas incorporados, enviadas por seus estados para o teatro de operações. Recusei a sugestão, por três motivos principais: *primeiro*, saber que a ideia contrariava ponto de vista do general Góis Monteiro, que estava a reclamar o reforço daqueles contingentes nortistas, para as unidades da 1ª RM, operando no Vale do Paraíba; *segundo*, não desejar quebrar a hierarquia militar, assumindo comando superior ao do meu posto de major, nem obter um comissionamento em posto superior; e *terceiro*, não querer dar novo pretexto aos paulistas, para me considerarem inimigo de São Paulo. (TÁVORA, 1976, p. 81, grifos no original)

As divergências entre o líder nortista e a elite paulista não surgiu na guerra civil, mas bem antes, ainda em janeiro de 1931. No dia 6 daquele mês, Juarez concedeu uma longa entrevista à imprensa, na qual criticava, dentre outros pontos, a política cafeeira da Primeira República e a continuidade do governo discricionário fora do regime constitucional. A oposição as suas declarações foram tão duramente rebatidas que chegou "a pensar que se instaurava um deliberado processo de demolição" sobre ele. Como se vê, desde antes da Guerra de 1932, Juarez defendia publicamente pontos importantes da centralização política do projeto nortista, como a continuidade do regime sem Constituição e uma maior distribuição de recursos públicos para o resto do país, em especial o Norte. A oposição que recebeu foi feita pela corrente paulista que articulou a guerra civil e entendia que Juarez e o Norte eram importantes aliados de Vargas.[28] Essa construção memorial mostra a polarização política nacional no contexto da Guerra de 1932 e todo o impacto que teria a formação da Divisão do Norte.

Citando a oposição de Góis à brigada nortista e a quebra das ordens militares que recebia, Juarez reconhece que, quando convocado pelos interventores para liderar as tropas de combate a São Paulo, colocou sua posição de militar à frente do Norte e do projeto político dos revolucionários nortistas. A partir da não concretização da Divisão que lideraria, Juarez afastou-se definitivamente dos revolucionários nortistas durante toda a Guerra de 1932, apenas encontrando-se com alguns soldados da região nos campos de batalha, mas sem liderá-los diretamente. Juarez continuou na frente mineira, por determinação direta de Vargas, que escreveu a Olegario Maciel, governador daquele estado, em 26 de julho:

> O portador desta é o nosso amigo major Juarez Távora, que vai procurá-lo, de minha parte, e a quem peço o obsequio de ouvir. A sua missão visa, principalmente, entender-se com o ilustre amigo e seus dignos auxiliares, afim de combinarem uma cooperação mais eficiente no terreno da ação militar, que

28 Falando sobre a referida entrevista e seus desdobramentos, afirmou Juarez: "Toda a imprensa paulista, secundada por boa parte da carioca, se empenhou em demonstrar o desacerto de minhas afirmações contrárias à valorização do café, com a amplitude que era pleiteada, atribuindo-me, de sobra, a intenção de haver tachado São Paulo de fazer política regionalista, contra os interesses do Brasil. Durante cerca de duas semanas, a fio, recebi maços de cartas e recortes de jornais, tendentes a demonstrar que não era a economia paulista que sacrificava financeiramente o resto do Brasil; mas, ao contrário disso, era o resto do Brasil que vivia à sombra da prosperidade de São Paulo. Por outro lado, alguns jornais paulistanos – com o *Diário Nacional*, órgão do Partido Democrático, à frente – estranharam minha afirmação literal de que – se fossem convocadas eleições imediatas, sem prévia reforma eleitoral – os velhos políticos do PRP, apeados do poder pela revolução, mas ainda apoiados nos interesses plutocráticos, que sempre defenderam, venceriam, lá, os revolucionários democráticos". O debate prolongou-se, tendo Juarez publicado no mesmo *Diário Nacional* uma réplica explicando melhor suas considerações, mas, como lembra, mesmo assim, as críticas continuaram (TÁVORA, 1976, p. 21-22).

> precisa ser desenvolvida de sorte a apressar o desfecho da luta em que nos empenhamos.[29]

Mesmo com todas as divergências internas e os obstáculos para uma determinante participação da região no combate a São Paulo, os estados do Norte apoiaram fortemente o Governo Provisório. Seguindo as determinações oficiais para todos os outros estados aliados, passaram a fornecer tropas e garantir a ordem interna. O envio de voluntários e o combate aos apoiadores paulistas nos estados marcaram o Norte durante a guerra civil de 1932.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo Santos de. *Os mártires da causa paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)*. Tese de doutorado em História Social: UFRJ, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador e Forças Armadas e Política, 1930-1945. In. ________. *Forças Armadas e política no Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas. In. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LOPES, Raimundo Helio. *Os Batalhões Provisórios: legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará, 1932).* Dissertação de mestrado em História Social: UFC, 2009.

________. Acordos firmados e estratégias debatidas: a troca de telegramas entre os interventores do Norte e o Governo Provisório durante a Guerra de 1932. In: *Revista Mosaico. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais - Cpdoc/FGV*. Número 5, Ano 3, 2011. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/mosaico/.

________. As várias fronteiras de um líder: Juarez Távora, o Norte e a construção do herói no imediato pós-30. *Revista Clio*. Série História do Nordeste (UFPE). v.1, p.1 - 27, 2012.

McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

OLIVEIRA, Walter Pinto de. *Memórias de uma revolta esquecida: o Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932.* Dissertação de mestrado em História Social da Amazônia: UFPA, 2012.

[29] Arquivo Luís Vergara – Cpdoc-FGV c 1932.07.12.

PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In. GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e Centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30.* Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano II – O tempo do nacional-estatismo: do inicio da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.* Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas – memórias Vol. 1 – Da planície à borda do Altiplano.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

________. *Uma vida e muitas lutas – memórias Vol. 2 – A caminhada no Altiplano.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

VILA, Marco Antonio. *1932: Imagens de uma Revolução.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

WEINSTEIN, Barbara. Racializando as diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932. *Esboços – Revista do programa de pós-graduação em história da UFSC*. Volume 13, Número 16, 2006.